ISSN: 2358-8829

O PAPEL DA FAMÍLIA NO DESENVOLVIMENTO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM NO ENSINO FUNDAMENTAL

Maria Bruna Alves de Souza [1]

INTRODUÇÃO

A aprendizagem escolar é uma parte importante do desenvolvimento da criança, pois contribui para a construção de conhecimentos, para a convivência social e para a formação da autonomia. Durante o Ensino Fundamental, os estudantes ampliam habilidades como leitura, escrita, interpretação de textos, raciocínio e resolução de problemas. Entretanto, nem todas as crianças avançam da mesma maneira ou no mesmo ritmo. Algumas encontram dificuldades que podem afetar seu desempenho, sua participação nas atividades e a maneira como se percebem no ambiente escolar.

As dificuldades de aprendizagem podem estar relacionadas a diferentes fatores, incluindo aspectos pedagógicos, emocionais, sociais, familiares e individuais. Por isso, é importante que sejam observadas com atenção e que a criança receba apoio, sem ser rotulada ou responsabilizada por não aprender no tempo esperado. O acompanhamento deve considerar suas necessidades, suas potencialidades e as condições em que o processo educativo acontece.

A família tem participação relevante nesse processo porque costuma ser um dos primeiros espaços de convivência e aprendizagem da criança. No cotidiano familiar, ela vivencia formas de comunicação, valores, regras e maneiras de se relacionar com outras pessoas. A perspectiva sociocultural de Vygotsky (1991) ajuda a compreender que o desenvolvimento se constitui nas interações; por isso, conversas, incentivo e acompanhamento possível da rotina escolar podem ampliar as oportunidades de aprendizagem.

[1] Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade UNOPAR Anhaguera - PB, brunmaria1958@email.com;

Essa participação, porém, não significa que a família seja a única responsável pelo desempenho escolar. Cabre à escola observar as dificuldades, planejar intervenções pedagógicas e criar condições para que estudantes com diferentes necessidades participem do processo educativo. A BNCC orienta a garantia das aprendizagens essenciais ao longo da Educação Básica, o que reforça o compromisso institucional com o direito de aprender (Brasil, 2018). Assim, a colaboração entre família e escola deve ocorrer com diálogo, respeito e objetivos compartilhados.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) apresenta aprendizagens essenciais que devem ser desenvolvidas ao longo da Educação Básica, orientando o trabalho pedagógico e o direito de todos os estudantes à aprendizagem (Brasil, 2018). Nesse sentido, pensar nas dificuldades de aprendizagem exige considerar tanto o compromisso da escola com o ensino quanto a importância das relações estabelecidas com as famílias.

Diante disso, este artigo tem como objetivo analisar o papel da família no desenvolvimento escolar de crianças com dificuldades de aprendizagem no Ensino Fundamental e discutir como a parceria entre família e escola pode contribuir para a aprendizagem. A relevância do tema está na necessidade de compreender a criança de forma integral e de reconhecer que o apoio familiar, quando articulado a práticas pedagógicas adequadas, pode favorecer sua confiança, seu interesse e sua participação escolar.

Para alcançar esse objetivo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, organizada em torno das contribuições de Vygotsky, Freire e Wallon e da orientação da BNCC. A discussão articula interação social, diálogo, afetividade e colaboração entre família e escola, indicando que o apoio familiar pode favorecer o percurso escolar quando se soma à responsabilidade pedagógica da instituição. Conclui-se que a pareceria deve ser contínua e respeitosa, sem atribuir exclusivamente à criança ou à família a responsabilidade pelas dificuldades de aprendizagem.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

O trabalho caracteriza-se como pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, voltada à análise interpretativa de ideias e conceitos presentes nas obras e no documento educacional utilizados como referencial. O estudo não envolveu participantes nem coleta

de dados em campo; seu propósito foi discutir, a partir das fontes selecionadas, de que modo a participação familiar e a relação com a escola podem se relacionar ao desenvolvimento escolar de crianças com dificuldades de aprendizagem.

Para fundamentar a discussão, foram considerados documentos e obras indicados no planejamento inicial do trabalho, entre eles a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018), Pedagogia da autonomia, de Paulo Freire (1996), A formação social da mente, de Lev Vygotsky (1991), e Psicologia e educação da infância, de Henri Wallon (1975). A escolha dessas fontes, conforme o recorte temático do trabalho, permitiu discutir o direito à aprendizagem, as interações sociais, o diálogo educativo e a relação entre afetividade e desenvolvimento. Não se pretendeu realizar uma revisão sistemática da literatura, mas uma construir uma reflexão teórica a partir desse conjunto de referências.

A análise foi organizada por aproximação temática: primeiro, discutiu-se a aprendizagem e o papel da família no processo de aprendizagem; em seguida, foram relacionadas as contribuições dos autores selecionados; por fim, abordou-se a parceria entre família e escola. Por se tratar de uma pesquisa bibliográfica, não foram realizadas entrevistas, observações de campo ou aplicação de questionários. Dessa forma, os resultados apresentados correspondem à reflexão construída a partir das referências consultadas, e não a dados empíricos coletados em uma escola específica.

REFERENCIAL TEÓRICO

A aprendizagem e o papel da família

A família é um dos primeiros ambientes em que a criança vivencia experiências que contribuem para seu desenvolvimento. É nesse espaço que ela começa a aprender a falar, a expressar sentimentos, a conviver com outras pessoas e a compreender regras. Essas experiências não substituem o ensino escolar, mas fazem parte do desenvolvimento social da criança. A perspectiva histórico-cultural de Vygotsky (1991) destaca justamente a importância das relações sociais e da mediação para a formação das funções psicológicas superiores.

O acompanhamento familiar pode acontecer por meio de atitudes cotidianas, como perguntar o que a criança aprendeu, demonstrar interesse pelas atividades,

organizar, quando possível, um momento para estudar, incentivar a leitura e conversar com os professores quando surgem dúvidas ou dificuldades. Não é necessário que os responsáveis dominem todos os conteúdos escolares para oferecer apoio. A valorização diálogo e do respeito ao educando em Freire (1996) contribui para pensar essa participação como escuta e incentivo, e não como simples cobrança por resultados.

É importante reconhecer que as famílias possuem realidades diferentes. Algumas enfrentam jornadas de trabalho extensas, dificuldades financeiras, baixa escolaridade ou outras situações que limitam o tempo disponível para acompanhar as tarefas. Por isso, a escola deve evitar julgamentos e procurar formas de diálogo acessíveis, considerando as condições de cada família. A participação não deve ser entendida apenas como presença em reuniões ou ajuda direta nas atividades, mas também como comunicação, interesse e colaboração dentro das possibilidades de cada contexto.

Quando a criança encontra dificuldades, comentários que a comparam com colegas ou a tratam como incapaz podem prejudicar sua autoestima. Em contrapartida, o incentivo e o reconhecimento de pequenos avanços ajudam a construir uma relação mais positiva com a aprendizagem. A ênfase de Wallon (1975) na dimensão afetiva do desenvolvimento permite compreender que emoções e relações interpessoais não estão separadas da experiência escolar. A família pode compartilhar observações com os professores, enquanto a escola deve organizar situações de ensino e acompanhar o percurso do estudante.

Contribuições de Vygotsky, Freire e Wallon

Lev Vygotsky contribui para compreender a relação entre aprendizagem e interação social. Em sua perspectiva histórico-cultural, o desenvolvimento das funções psicológicas superiores está ligado às relações sociais e à mediação realizada por outras pessoas (Vygotsky, 1991). Essa abordagem permite considerar a conversa, a troca de experiências e a orientação de adultos como recursos para a construção de conhecimentos. Família e escola podem, assim, oferecer oportunidades para a criança explicar o que pensa, fazer perguntas e experimentar soluções, sem interpretar suas dificuldades como falta de capacidade.

Essa perspectiva reforça a importância de considerar o que a criança já consegue realizar e que tipo de mediação pode ajudá-la a avançar (Vygotsky, 1991). No ambiente

familiar, isso pode significar acompanhar uma tarefa sem realizá-la em seu lugar, oferecer pistas e valorizar o esforço. Na escola, envolve planejar intervenções e atividades de acordo com os conhecimentos e as necessidades de cada estudante.

Paulo Freire destaca a importância do diálogo e de uma prática educativa que respeite o educando. Ao afirmar que "ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção" (Freire, 1996, p. 47), o autor chama a atenção para a participação ativa de quem aprende. Aplicada ao tema, essa ideia ajuda a compreender que a criança não deve ser vista como alguém que apenas recebe informações. Ela precisa ter oportunidades de perguntar, participar e construir conhecimentos com apoio dos adultos.

Freire (1996) também ressalta a dimensão recíproca do processo educativo: ensinar e aprender são ações relacionadas, nas quais o diálogo pode ampliar a compreensão de todos os envolvidos. Na parceria entre família e escola, essa ideia se traduz na troca de informações, que permite aos professores conhecer aspectos da realidade da criança e aos familiares compreender as estratégias pedagógicas adotadas.

Henri Wallon contribui para a discussão ao considerar a afetividade como dimensão relevante do desenvolvimento infantil. Nessa perspectiva, a criança deve ser compreendida de forma integral, pois emoções e relações com o meio participam de sua formação (Wallon, 1975). Um ambiente de respeito e acolhimento pode favorecer sua participação, enquanto humilhações, medo e comparações podem dificultar o envolvimento com as atividades.

As contribuições desses autores permitem compreender que a aprendizagem envolve dimensões sociais, dialógicas e afetivas. Portanto, apoiar crianças com dificuldades requer mais do que cobrar resultados: é necessário criar condições para que elas participem, recebam orientações e percebam que seus esforços são reconhecidos. (Vygotsky, 1991; Freire, 1996; Wallon, 1975).

Embora partam de enfoques distintos, os três autores permitem evitar uma visão fragmentada da criança. A perspectiva de Vygotsky (1991) enfatiza a mediação social; Freire (1996) contribui para pensar a participação e o diálogo; e Wallon (1975) chama a atenção para a integração entre afetividade e desenvolvimento. Articuladas ao tema, essas contribuições sugerem que o apoio não deve se limitar a cobrar tarefas ou resultados: precisa considerar as relações, as emoções e as oportunidades de participação oferecidas à criança. Essa leitura não permite afirmar que a presença familiar, isoladamente, resolva

as dificuldades, mas ajuda a compreender por que a colaboração entre os adultos pode compor uma rede de apoio.

A parceria entre família e escola

A relação entre família e escola deve ser construída com comunicação contínua e respeito mútuo. Quando os professores percebem dificuldades persistentes, é importante conversar com os responsáveis para compartilhar observações, conhecer aspectos da rotina e pensar em estratégias possíveis. Da mesma forma, a família precisa encontrar espaço para relatar dúvidas e mudanças percebidas. A concepção dialógica de Freire (1996) oferece fundamento para uma comunicação baseada na escuta e na participação, e não na acusação ou na imposição de responsabilidades.

A comunicação entre família e escola também precisa reconhecer que os responsáveis não dispõem das mesmas condições materiais, tempo ou experiências escolares. Por isso, a participação não deve ser medida apenas pela presença em reuniões ou pela capacidade de auxiliar em conteúdos específicos. Uma relação colaborativa pressupõe escuta, clareza nas orientações e busca de alternativas viáveis para cada contexto. Essa postura dialoga com Freire (1996), para quem a prática educativa exige respeito aos sujeitos e abertura à troca, e com a orientação da BNCC de assegurar aprendizagens essenciais aos estudantes (Brasil, 2018).

A parceria não significa transferir para a família as responsabilidades pedagógicas da escola, nem esperar que os professores resolvam sozinhos todas as questões que envolvem o desenvolvimento da criança. Cada parte tem atribuições próprias e pode colaborar para um objetivo comum: oferecer condições para que o estudante aprenda. A escola organiza o ensino, acompanha o progresso, identifica barreiras e busca estratégias pedagógicas; a família oferece apoio, comunica informações relevantes e incentiva a criança no cotidiano. A BNCC define aprendizagens essenciais a serem desenvolvidas ao longo da Educação Básica e orienta a organização curricular (Brasil, 2018). Sua consideração neste debate reforça que a escola precisa planejar práticas que favoreçam a participação dos estudantes e acompanhar o desenvolvimento das aprendizagens. Crianças que apresentam ritmos e necessidades diferentes devem receber oportunidades de aprendizagem, sem serem reduzidas às dificuldades que enfrentam.

Entre as ações que podem fortalecer a parceria estão reuniões acolhedoras, comunicação por canais acessíveis, orientações claras sobre como acompanhar a rotina escolar e compartilhamento de avanços e desafios. É importante que os contatos com a família não ocorram somente quando existe um problema. Reconhecer conquistas, mesmo pequenas, ajuda a criar confiança e a estabelecer uma relação de cooperação.

Também é necessário compreender que as dificuldades de aprendizagem podem ter diferentes causas e não devem ser atribuídas automaticamente à falta de interesse da criança ou à ausência da família. Quando necessário, a escola pode orientar os responsáveis a buscar avaliação ou apoio especializado, respeitando os procedimentos adequados. O trabalho conjunto deve priorizar as necessidades do estudante e evitar rótulos que prejudiquem sua autoestima.

Desse modo, a parceria família-escola pode contribuir para que as dificuldades sejam percebidas mais cedo, para que as estratégias sejam coerentes entre os ambientes e para que a criança receba mensagens de incentivo e confiança. Essa colaboração não garante, por si só, que todas as dificuldades desapareçam, mas pode melhorar as condições de acompanhamento e fortalecer o compromisso coletivo com a aprendizagem.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise bibliográfica sugere que a família participa do desenvolvimento escolar tanto pelas experiências iniciais de socialização quanto pelo apoio que pode oferecer durante a escolarização. Essa interpretação dialoga com Vygotsky (1991), ao considerar a importância das interações sociais, e com Wallon (1975), cuja perspectiva permite reconhecer a dimensão afetiva do desenvolvimento. O acompanhamento possível das atividades, a escuta e a comunicação com os professores são, nesse sentido, formas de aproximar a vida familiar do cotidiano escolar.

A aprendizagem não deve ser tratada como responsabilidade exclusiva da criança ou da família. As dificuldades precisam ser analisadas considerando as relações sociais, as condições pedagógicas e os aspectos afetivos. Vygotsky (1991) fundamenta a relevância da interação e da mediação; Freire (1996) contribui para pensar o diálogo e a participação; e Wallon (1975) permite destacar a dimensão afetiva do desenvolvimento. Em conjunto, essas perspectivas sustentam práticas educativas que acolham a criança e ofereçam oportunidades concretas de avanço.

Outro ponto identificado é que a parceria entre família e escola precisa ser concreta, contínua e respeitosa. Não basta solicitar a presença dos responsáveis quando há notas baixas ou problemas de comportamento. É importante manter uma comunicação que permita compartilhar informações, reconhecer avanços e planejar apoios. Essa parceria deve considerar as condições reais das famílias, evitando culpabilização e reconhecendo que nem todas dispõem dos mesmos recursos ou do mesmo tempo.

Por se tratar de pesquisa bibliográfica, os resultados não correspondem à avaliação direta de crianças, famílias ou instituições; constituem uma síntese interpretativa das fontes selecionadas. A análise aponta que a participação familiar pode contribuir para a confiança e o interesse dos estudantes quando articulada ao trabalho pedagógico da escola. Essa contribuição, contudo, não substitui a responsabilidade institucional de planejar o ensino e oferecer condições de aprendizagem a todos (Brasil, 2018; Freire, 1996).

A análise também evidencia limites importantes: como o estudo se restringiu a quatro fontes, não permite generalizar conclusões sobre todas as famílias nem identificar quais estratégias produzem melhores resultados em situações concretas. As obras oferecem perspectivas para interpretar o tema, mas a realidade de cada estudante exige observação pedagógica e diálogo com os responsáveis. Por isso, a parceria deve ser entendida como processo contínuo de troca e planejamento, e não como solução automática para toda dificuldade de aprendizagem (Vygotsky, 1991; Wallon, 1975).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi analisar o papel da família no desenvolvimento escolar de crianças com dificuldades de aprendizagem no Ensino Fundamental e discutir a importância da parceria entre família e escola. A pesquisa bibliográfica permitiu refletir que a família é um dos primeiros espaços de aprendizagem e que sua participação pode contribuir para a segurança, a confiança e o interesse da criança pelas atividades escolares.

As contribuições de Vygotsky (1991), Freire (1996) e Wallon (1975) permitem compreender a aprendizagem a partir das interações sociais, do diálogo e da afetividade. A criança precisa ser acolhida e estimulada, respeitando-se suas necessidades. A presença de dificuldades não significa incapacidade; exige observação e apoio que valorizem suas possibilidades de desenvolvimento, sem comparações ou rótulos. Conclui-se também que

a família não deve ser considerada a única responsável pelo desempenho escolar. A escola tem papel essencial na identificação das dificuldades, no planejamento das estratégias pedagógicas e na garantia de oportunidades de aprendizagem. A comunicação entre professores e familiares pode favorecer o acompanhamento da criança e a construção de ações conjuntas, desde que seja pautada no respeito às diferentes realidades.

Por fim, considera-se que fortalecer a relação entre família e escola é uma tarefa contínua. O diálogo, o acompanhamento possível em cada contexto e o reconhecimento dos avanços podem contribuir para um ambiente mais favorável à aprendizagem. Como possibilidade para estudos futuros, sugere-se investigar como diferentes estratégias de comunicação entre famílias e escolas são desenvolvidas na prática e quais desafios os profissionais da educação encontram para manter essa parceria.

Palavras-chave: Família; Aprendizagem, Dificuldades de aprendizagem, Ensino fundamental, Escola.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação**. Base Nacional Comum Curricular:** educação é a base. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

WALLON, H. **Psicologia e educação da infância.** Lisboa: Editorial Estampa, 1975.